

O NOVO BRASIL AGRÁRIO: MODERNIZAÇÃO SEM MUDANÇAS.

Iraci Gomes de V. Palheta *

Numa ampla perspectiva histórica podemos afirmar que a economia brasileira modernizou-se e moderniza-se contínua e crescentemente, apesar das "crises", depressões, fluxos e refluxos do sistema capitalista. A economia diversifica-se, expande-se, incorpora o agro. Às vezes pensa-se que o país sai do rol dos subdesenvolvidos, dos "em desenvolvimento", e alcança o status de desenvolvido, "potência econômica mundial", "celeiro do mundo", etc.

Após quatro séculos de economia agro-exportadora de produtos tropicais, o Brasil ingressa na fase de industrialização, via substituição de importações. Depois de alguns surtos de "industrialização reflexa", no dizer de IANNI (1994:108), induzida pelas crises da economia agro-exportadora, adotam-se **políticas deliberadas de industrialização**, combinando capital privado (nacional e estrangeiro) com recursos públicos. Industrializa-se a cidade e o campo, as regiões e o país. Todas as atividades produtivas passam a subordinar-se, direta ou indiretamente, ao movimento do capital nacional ou estrangeiro. A produção de bens de consumo e de bens de produção desenvolvem-se em escala crescente, ampliada. A ação do Estado, via planejamento governamental e engajamento nas atividades produtivas, possibilita a reprodução crescente do capital. Paulatinamente vai se articulando a poderosa aliança entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado nacional.

Dessa forma, sob vários aspectos, realizou-se substancial transformação na economia, ou a chamada "modernização" da economia brasileira. Vejamos o que dizia o ministro João Sayad à Folha de São Paulo, no dia 18/5/1985, ao divulgar as Diretrizes Gerais de Política Econômica (apud IANNI,1994:10):

"as dimensões da economia brasileira cresceram 14 vezes entre 1940 e 1980. A produção industrial passou a representar 38% da produção nacional. A exportação exhibe hoje uma pauta diversificada. A população urbana cresceu vertiginosamente. A economia brasileira hoje é industrializada."

Parte significativa dessa pauta de exportações é constituída por produtos agropecuários semi-elaborados, semi-industrializados (soja, frutas, arroz, café, carnes, sucos de frutas variados, fumo, couros, etc.); além de madeiras de lei (mogno, cedro, angelim, etc.); pescados nobre variados, peixes ornamentais, etc. Mas o que o Sr. Sayad não disse, embora fique subentendido em suas palavras, é que essas industrialização e urbanização são realizadas às custas da expropriação pelo Estado para o capital e pelo capital de dezenas de milhares de trabalhadores do campo (1,5 milhão nas duas últimas décadas, expulsando-os para as periferias das cidades, onde se amontoam nas mais precárias condições de existência, trabalhando na cidade e no campo como bóias-frias ou escravos, com ou sem contrato formal de trabalho; ou mesmo camponeses "integrados" (leia-se subordinados) às indústrias para a agricultura e indústrias da agricultura ou agroindústrias, à montante e à jusante, ou o que tem sido denominado de CAIS -complexos agroindustriais.

* Prof^a Dr^a do Dept^o de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.São Paulo,Brasil.

O processo de modernização no campo como na cidade, subordinou-se à **capacidade gerencial e tecnológica** (know how, as famosas caixas-pretas) procedentes das matrizes de empresas multinacionais ou de suas sucursais. Este processo foi incentivado por agências governamentais de âmbito regional ou nacional, que contribuíram para formar **tecnologia especializada** em diversos ramos de atividades, em especial nos relacionados à gestão de agências e empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais.

O processo foi de tal intensidade que, na década de 70, desencadeia uma onda de **ufanismos nacionalistas** ("Brasil potência", "Brasil Grande", Brasil, "ame-o ou deixe-o", país "do milagre econômico", "celeiro do mundo") nos meios sociais e políticos dominantes dentro ou fora do aparelho estatal, que se torna mais repressivo e violento em todo o país. Os "indicadores econômicos" revelam a profundidade e a amplitude das mudanças no sistema econômico do país. Revelam "uma moderna sociedade industrial (cidade e campo industrializados), que já é a oitava economia do mundo ocidental, (...) com extraordinário dinamismo, no curso dos últimos 40 anos." (IANNI, op.cit.:91), - ainda que às custas do terror, da violência, das cassações sumárias de direitos políticos e humanos (no seu fundamento básico: o direito a vida).

Boa parte da façanha é creditada à ditadura militar, que oprimiu, reprimiu, matou, exilou quem a ela se opunha. Apesar de sérias deficiências, o próprio Estado brasileiro, durante a década de 70, "tornou-se indubitavelmente o mais moderno do terceiro mundo", no entender de JAGUARIBE (in Brasil: Reforma ou Caos. Fundação UNESP, SP.1988 - mimeografado, apud IANNI:91)

No entanto, **do lado da sociedade as coisas se passam de modo profundamente diverso**: no campo e na cidade: em meio as "ilhas" ou mesmo "arquipélagos" de progresso (e no âmago deles) existe um "mar" de pobreza e miséria, que constitui um imenso **fosso social**. Isso significa que a sociedade, ao contrário da economia, moderniza-se pouco ou mesmo regride. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com muita dificuldade, deparando-se com vários **obstáculos** fincados na estrutura da sociedade; o maior talvez seja a **propriedade privada da terra**.

As heranças oligárquicas e patrimonialistas coloniais de nossa sociedade, representadas no Estado brasileiro, e estudada por Silva de Carvalho FRANCO, Octávio IANNI, Fernando Henrique CARDOSO, José de Souza MARTINS, entre outros; emergem como interesses dominantes, isto é, das classes dominantes ou das nossas "elites", passadas e presentes. Esses interesses são contemplados e aglutinados em **diretrizes** ou **políticas governamentais** que freiam ou liberam gradativamente e de modo incompleto esse desenvolvimento. Veja-se, por exemplo, a passagem longa e tortuosa da escravatura ao trabalho livre, as longas lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo reconhecimento do direito de organização sindical, do direito à greve, a luta pela reforma agrária, etc.

Os movimentos sociais, as organizações sindicais, os partidos políticos e outros espaços de atividades sociais, políticas e culturais sofrem contínuas **injunções** de interesses identificados com a "moderna sociedade industrial" (IANNI:111), como o chamado "sindicalismo de resultados" ou "negro vota em negro", não importa qual ideologia ele abraça e a quais interesses serve.

O desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção expressa-se nas **desigualdades sociais** reiteradas e aprofundadas nas nossas "várias repúblicas", na cidade e no campo. Assim, problemas sociais atravessam a nossa história, e manifestam-se em lutas políticas, operárias e camponesas, com diferentes sotaques e tons de pele: lutas contra a opressão, a exploração, o apartamento social; lutas pela terra, pela liberdade sindical, pelo

direito à greve, por garantias de emprego, salário desemprego, salário maternidade, acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação; movimento indígena, movimento dos seringueiros e castanheiros, dos povos da floresta, movimento negro, lutas ecológicas, lutas em defesa dos menores de rua, das terras quilombolas; contra o trabalho escravo - por dívida ou um prato de comida..., enfim, são muitas lutas, em todos os momentos, infundáveis...

Contudo, a questão social no mais das vezes não é tratada como um problema político, mas como caso de polícia. Em suma, a nossa história republicana revela a escassa "modernização" em muitas esferas da sociedade. Porém, nas principais esferas da economia (financeira, bancária, industrial - incluindo a agroindústria) parecia que tudo ia bem, muito próspero, diversificado e moderno. Portanto, como diz IANNI (1994): "**A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social**", citando trabalhos Clóvis MOURA - "'O negro - De bom Escravo a Mau cidadão?'" , Ed. Conquista, RJ,1977; Eunice PAIVA e Carmem JUNQUEIRA - "O Estado Contra o Índio.", Difel, SP, 1985; José Albertino RODRIGUES - "Sindicato e Desenvolvimento no Brasil." PUC/SP, 1968; José César GNACCARINI - "Latifúndio e Proletariado", Polis, SP, 1980.

Nessa dinâmica, operários e camponeses são submetidos a uma dupla expropriação/exploração: são expropriados de seus meios de vida - o principal é a terra - de modo a garantir os interesses (de concentração e centralização de capital) dos setores dominantes na sociedade; e são expropriados desses meios de vida, para garantir os interesses de setores estrangeiros (de acumulação ampliada do capital), associados ou não com os primeiros. E tudo isso é garantido por um aparato estatal modernizado e repressivo, onde destacam-se as forças policiais e militares como garantidoras da lei, da "ordem e progresso."

Em suma, modernizam-se a economia e o aparelho do Estado, "em profundo descompasso com os problemas sociais e as conquistas políticas. A própria cultura (senso latu) também se mostra bloqueada ou [é] pouco estimulada. **A nação industrializada e moderna está em descompasso consigo mesma.** (...). Talvez esse **desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios.** As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos 'indicadores econômicos' da modernização alimentam-se dos 'indicadores sociais' da 'sociedade primitiva'. [O novo alimenta-se do velho; o moderno, do atrasado]. Os setores sociais 'participantes' tem uma base na exploração dos 'excluídos'," escreve IANNI (Op.cit.). Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica, o país moderno, fabrica as desigualdades sociais, a chamada **questão social**.

O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, modos de vida e de trabalho, modos de ser, de pensar e produzir. Enfim, **um caleidoscópio de espaços-tempos**, se preferirem, "espacialidades diferenciais" ou territorialiades, que expressam culturas diferentes, herdadas e plasmadas em diferentes meios/ambientes do solo brasileiro. Como IANNI e com ele, afirmamos: **É possível perceber na nossa sociedade as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças: comunidades indígenas e afrobrasileiras, e camponesas (estas de base cabocla e imigrante), também estão muito presentes no interior da formação social brasileira no final do século XX. As culturas gaúcha, caipira, mineira, baiana, amazônica, nordestina, etc. - [que eu também colocaria no plural], parecem lembrar a economia açucareira, do ouro e do diamante, do tabaco, do gado, da borracha, do café e outras.**

Essas heranças sobrevivem, persistem e teimam em persistir, lutando pelo direito de serem diferentes, mas integradas à sociedade brasileira se assim o desejarem, com dignidade e justiça. Elas impregnam o **modo de ser agrário**, rural, mas também o **urbano-industrial**,

burguês, "moderno" da cultura brasileira, dominante e oficial, que tende, sobretudo na década de 90, neste final de século, a querer apagar nossas raízes, e que são as raízes de sua riqueza, com a destruição das formas camponesas.

A questão camponesa na lógica do capital esboça uma forma do seu acontecer: 1) **ela contraria as ações e relações sociais do capital** (propriedade privada e direito burguês), já que a terra camponesa - mesmo com título jurídico de propriedade -, não é terra para explorar trabalho alheio, é terra de trabalho e vida, que lhe garante o direito inalienável de ser e viver livre, com autonomia e dignidade, junto com a mulher e os filhos, parentes e outras famílias da comunidade; 2) por suas características intrínsecas, contraditoriamente, as comunidades e famílias camponesas **favorecem também as ações e relações do capital** (agroindustrial, bancário, comercial, pesqueiro, madeireiro), com as máscaras do atraso ou não, **este as expropria de uma só vez** pela grilagem e burla cartorial, etc., e com a ajuda de jagunços e da polícia militar dos estados que as expulsa da terra com violência; ou **as exproprias lentamente** do fruto de seu trabalho, através da subordinação da renda da terra, da pesca, do extrativismo, etc.

Deterioram-se suas condições de vida, e não podendo saldar as dívidas com o banco, com o latifundiário, com o agiota comerciante, acaba entregando ou vendendo suas terras, partindo para as cidades, onde, por falta de recursos, se sujeita a relações de exploração, indo morar em cortiços e favelas nas periferias distantes ou no centro deteriorado, em condições precárias de vida; ou debaixo de pontes, viadutos e marquises, em condições miseráveis, no completo abandono, estigmatizadas, marginalizadas, ...e temidos.

Nestas condições, a sociedade burguesa, industrial e urbana, "moderna" inverte a questão social: os pobres e miseráveis são vistos como os responsáveis pela sua própria sorte. **Toma a consequência, o produto dela como a causa e vice-versa:** os pobres e miseráveis são "bandidos", "ladrões", "vagabundos" que "não gostam de trabalhar"... Da violência explícita passa-se à **violência simbólica e vice-versa**. Eles são "perigosos"... é preciso levantar cercas e muros para defender os "cidadãos"; segregar-se em cidadelas fortificadas (leia-se condomínios residenciais fechados de alto luxo), protegidos com a parafernália da indústria moderna (televisão, alarmes eletrônicos, cartões magnéticos personalizados, etc). É, sobretudo, armar-se contra os miseráveis... do campo e da cidade.

Violência gera violência, a guerra está aberta! No mundo da mercadoria tudo vira objeto de compra e venda (inclusive o ser humano), descartável. Vamos usar e abusar. "Consumamos, consumamos!" Não importa de onde venha o produto, nem quem produziu e como produziu. Este é o recado da mídia, que nos entra pelos olhos, ouvidos e ... goela abaixo, em todo o canto e lugar. E como "compra quem pode", quem não pode "se vira": compra apenas o necessário para viver, ou faz dívida, com cartão de crédito e juros altos, para consumir; ou então, com o assédio das imagens permanentes a martelarem-lhe os sentidos e cérebro, rouba. Vimos que é difícil senão impossível tratar da modernização do campo, do novo Brasil agrário, sem falar do urbano (e vice-versa). **É no "velho" Brasil agrário que se encontra o significado, o conteúdo do Brasil moderno**, agrário ou urbano-industrial. **É no campo "modernizado" ou que de fato precisa se modernizar** (no sentido lato da palavra, que este trabalho tentou mostrar) **que se encontra o sentido tomado pela modernização**. É no campo considerado "atrasado", do outro, do diferente, com sua história, seu modo de vida e sua cultura, que nascem as **possibilidades da mudança real**, este pede políticas públicas que, de fato, minimizem o fosso social cavado ao longo de praticamente cinco séculos, calcadas na realidade, na justiça, na distribuição direta e indireta de renda e da riqueza nacionalmente

criada, na reforma agrária, nos salários e aposentadorias dignos para os trabalhadores (do campo e da cidade), na educação e saúde públicas de qualidade, etc., etc.

Enfim, na **justiça social** ou verdadeira modernização da sociedade que respeite o outro, o diferente, sua história, sua memória e sua cultura. Estas de diferentes cores e sons, dão o verdadeiro conteúdo ao Brasil.

BIBLIOGRAFIA

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Estrutura Agrária e relações de poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisa de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no período colonial. In: **Estruturas Agrárias e Relações de Poder**. Revista Brasileira de História, 22. ANPUH/Marco Zero. São Paulo, 1991.

GOFFMAN, Erviug. Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada (4. ed.). Guanabara/Koogar. Rio de Janeiro, 1988.

IANNI, Otávio. A Idéia de Brasil Moderno, 2.ed.. Brasiliense. São Paulo, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. Alfa Omega. São Paulo, 1976.

SAMARA, Eni Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI - XIX). In: **Estruturas Agrárias e Relações de Poder**. Revista Brasileira de História, 22. ANPUH/Marco Zero. São Paulo, 1991.